



Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 04 DE JUNHO DE 1992

ANO XVII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY
Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO
1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG
2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA
1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO
2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA
3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE
4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB - Governo Deputado **ORLANDO PESSUTI**
PRN Deputado **NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS**
PFL Deputado **ANTONIO COSTENARO NETO**
PDT Deputado **RAFAEL GRECA DE MACEDO**
PTB Deputado **ERONDY SILVÉRIO**
PSDB Deputado **ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI**
PT Deputado **ERNANI PUDELL**
PL Deputado **JOSÉ COLOMBINO GRASSANO**
PST Deputado **GERALDO CARTÁRIO**

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12: Arlindo Adellino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - José Durval Mattos do Amaral - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antonio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdômiro Greca de Macedo - Algaci Ormário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha lensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - • José Tadeu Lúcio Machado - **Suplentes:** José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Forisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado; Djalma de Almeida Cesar - Secretário de Estado; José Afonso Júnior - Secretário de Estado - (*) **SUPLENTES no exercício do mandato de Deputado. (04/92)**

2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 18ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 04 DE JUNHO DE 1992

(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados João Arruda e Lourenço Fregonese.

As quinze horas e vinte e cinco minutos é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Anibal Khury, Algaci Túlio, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Dalton Machuca, Lourenço Fregonese, Antônio Annibelli, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Dr. Rosinha, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Silva Lino, Elio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Ernani Pudell, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, Oswaldo Trevisan, José Arthur Ritti, José Tavares, José Alves, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix e Toti Colaço (42). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Albino Corazza, Alceu Swarowski, Arlindo Troian, Basílio Zanusso, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Rafael Greca de Macedo e Rossoni (12).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO Nº 880

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando das atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente.

Sala das Sessões, em 04.06.92.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Está

encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 42 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Luiz Carlos Alborghetti, constante do expediente, solicitando que a discussão e votação das proposições constantes da Ordem do Dia marcada para a Sessão Extraordinária de hoje, sejam apreciadas englobadamente. **Aprovado.**

O SR. DOUTOR ROSINHA - Senhor Presidente, **Para encaminhar.** Mais do que um encaminhamento o que quero fazer é um convite às Lideranças dos demais partidos para que possamos, já que são vinte projetos, alguns de extrema importância e que foram vetados, que as lideranças de comum acordo não realizem hoje esta sessão extraordinária e na segunda-feira logo após a sessão sentamos todos os líderes de bancadas e vamos dar uma analisada de qual projeto vai dar para votar globalmente, qual em separado, fazendo esta sessão na próxima semana.

Este o encaminhamento que faço, o convite às Lideranças Partidárias.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há eco. Os Senhores Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto deverão se manifestar votando com as cédulas que contêm a expressão "sim".

Os contrários à manutenção manifestar-se-ão utilizando para votação as cédulas que contêm a expressão "não".

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 001/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 232/91, de autoria do Deputado Eurides Moura, que cria o Corpo da Guarda Escolar (Segurança das Escolas Estaduais). Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 433/91

Curitiba, 23 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 325/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 232/91, por julgá-lo inconstitucional.

nal, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação na estrutura da Polícia Militar do Estado, do Corpo de Guarda Escolar para cuidar da segurança das escolas estaduais.

A inconstitucionalidade do Projeto de Lei em exame é flagrante porque trata de matéria cujo início do processo legislativo é, segundo o preceito contido no art. 66, inciso III, da Constituição Estadual de competência privativa do Chefe do Poder Executivo e que depende, também, por força de legislação federal, de análise prévia da Inspeção Geral das Polícias Militares- IGPM, órgão do Estado-Maior do Exército.

Por outro lado, vale, por oportuno, adiante transcrever pronunciamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública, que analisando o assunto, asseverou:

"1. A Secretaria de Estado da Segurança Pública, entende que o Projeto de Lei nº 232/91, é de alta relevância social, pois, pretende criar o corpo da Guarda Escolar, para cuidar da segurança das Escolas Estaduais do Paraná, atribuindo-se o encargo à Polícia Militar.

2. Tendo em vista que não foi possível uma manifestação derradeira por parte da Polícia Militar sobre o assunto, em face da exiguidade de tempo para estudo, esta Pasta, num exame ainda que perfunctório, entende que, sendo aprovado o presente Projeto, trará sérias consequências, tendo em vista o número de policiais a serem incluídos, senão vejamos:

a) O Estado do Paraná conta com aproximadamente 2.728 escolas de 1º Grau e 524 de 2º Grau, totalizando em 3.252 Escolas Estaduais- aproximadamente.

b) Do referido número, verifica-se que a Polícia Militar terá que ter seu quadro aumentado em 9.756 policiais aproximadamente, o que onerará significativamente os cofres do Estado.

c) Além disso, há que se considerar que indubitavelmente terá que existir um estudo pormenorizado por parte da Polícia Militar, principalmente no que se refere a questões específicas, conforme já enfatizado no item "2".

3. É de salientar, que a Polícia Militar, na sua missão precípua e preservação da ordem, já realiza, na sua ostensividade normal, ações preventivas e repressivas junto às Escolas Estaduais, que em última análise, poderiam ser incrementadas, independentemente da criação do aludido "Corpo de Guarda", integrante do Projeto.

4. Portanto, de tudo explicitado, somos de Parecer contrário, ressalvados, evidentemente, estudos mais aprofundados no futuro".

Esses os motivos que me levaram a ve-

tar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência, os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO

Governador do Estado.

(O Projeto nº 232/91, foi publicado no DA. nº 67, de 11.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 001/92

PARECER:

A Proposição em tela traz um veto apostado ao Projeto de Lei nº 232/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº DTL/SAT/433/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou o referido Projeto de Lei usando da atribuição que lhe confere os artigos 87, inciso VII e 71, § 1º, ambos da Constituição Estadual.

A razão exposta pelo Senhor Governador para o mencionado veto é a inconstitucionalidade do Projeto de Lei porque trata de matéria de competência privativa do Chefe do Poder Executivo e que depende, também, por força da legislação federal, de análise prévia da Inspeção Geral das Polícias Militares- IGPM, órgão do Estado-Maior do Exército.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do Veto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 002/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 155/91, de autoria do Deputado Alqaci Túlio, que preve a realização da semana de conservação escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 434/91

Curitiba, 23 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 324/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade

do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 155/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário aos interesses públicos, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo instituir a Semana da Conservação Escolar, a realizar-se anualmente em todos os estabelecimentos da Rede Oficial de Ensino.

O Projeto, conforme está posto, reveste-se de flagrante inconstitucionalidade por tratar de matéria pertinente à legislação federal. No momento em que propõe a realização de uma semana de atividades escolares, totalmente alheias àquelas pertinentes à formação geral ou ao núcleo comum, tratando ainda, como dias letivos, de frequência obrigatória, está diretamente alterando currículos escolares, cuja matéria é tratada exclusivamente pela Lei Federal nº 5.692, que define as Diretrizes e Bases da Educação em relação ao núcleo comum, e aos Conselhos Estaduais de Educação no tocante às matérias relativas à parte diversificada.

Além desses aspectos, o Projeto, se convertido em lei, viria, sem dúvida, ocasionar sérios prejuízos aos próprios alunos, com a supressão de uma semana de aulas daquelas matérias obrigatórias e que constituem o objetivo principal de uma escola. Além do que, o Estado não pode exigir que alunos de 1º e 2º graus, crianças portanto, venham desempenhar, em caráter obrigatório, tarefas de reparos de carteiras e prédios escolares.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 155/91, foi publicado no D.A. nº 43, de 25.04.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 02/92

PROJETO DE LEI Nº 155/91

Autor: Dep. Algaci Túlio

P A R E C E R:

SOMULA: Prevê a realização da Semana de Conservação Escolar no calendário da Secretaria de Estado da Educação.

Por julgá-lo inconstitucional, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado houve por bem em vetar na sua totalidade o Projeto de Lei 155/91, acima sumulado.

Muito embora o Chefe do Executivo Estadual não tenha citado qual o dispositivo constitucional que entendeu transgredido, a verdade é que o direito ao veto lhe é assegurado pelo art. 71, § 1º, da Carta

Magna Estadual, e, "in casu", o mesmo foi apostado com observância dos prazos legalmente estabelecidos.

Assim, sendo certo que todos os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram rigorosamente obedecidos, opinamos pelo encaminhamento da proposição à sábia e soberana decisão do Douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 003/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 094/91, de autoria do Deputado Nilton Barbosa, que implanta o ensino de 5ª a 8ª série da Escola Estadual Florinda Aparecida, no município de Iporã com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 464/91

Curitiba, 26.12.91.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 349/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, VETEI o Projeto de Lei nº 094/91, pelas razões adiante expostas.

Visa o autógrafo autorizar o Poder Executivo a implantar, na Escola Estadual Florinda Aparecida, Município de Iporã, períodos de 5ª a 8ª Séries.

O não acolhimento ao Plano de Lei em exame resulta do fato de que tais extensões independem de lei, pois, para a formalização de tais situações, mesmo havendo Lei autorizatória, deverão ser cumpridos os trâmites e a sistemática estabelecida na Deliberação nº 30/80, do Conselho Estadual de Educação, que é a legislação orientadora e regulamentadora da matéria. Porém, cabe esclarecer que o Projeto poderá servir de orientação com vistas ao procedimento de estudos de viabilidade para a pretensa implantação. Nestas condições, e antes que hajam sido procedidos tais estudos, a matéria configura-se como contrária aos superiores interesses da administração, razão esta que não permite seu acolhimento.

Esses os motivos que me levaram a VETAR o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 094/91 foi publicado no D.A. nº 24 de 21.03.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
Protocolo 108/92.
Proposição 03/92 - Veto - Ofício 464/91 - (Governador do Estado).
Súmula: Implanta o ensino de 5.^a a 8.^a série na Escola Estadual de Iporã.
Autor: Dep. Nilton Barbosa.

PARECER

O Sr. Governador do Estado vetou integralmente este projeto de lei, com base em dispositivo constitucional que lhe permite a medida e na qual o autor, Deputado Nilton Barbosa, em ato autorizatório, implantava o ensino de 5.^a a 8.^a série na Escola Estadual Florinda Aparecida, em Iporã.

Somos pela sua apreciação em Plenário sob o julgamento soberano desta Casa.
É o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 004/92, VETO APOSTO AO PROJETO LEI Nº 422/91, de autoria do Deputado Albino Corazza e outros, que dispõe que os municípios gozarão de vinte por cento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado. Com Relatório da C.C.J. considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 465/91

Curitiba, 26.12.91.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 351/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, Vetei o Projeto de Lei nº 422/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que os municípios gozarão de redução de vinte por cento no pagamento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado.

O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento tendo em vista informações prestadas pela Imprensa Oficial do Estado, onde aquela autarquia esclarece que, nos termos do vigente art. 134, da Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de 1986, vem concedendo desconto de 20% (vinte por cento) nas despesas com publicações feitas pelos municípios paranaenses, não havendo,

portanto, nenhuma necessidade de lei nova para tal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado.

(O Projeto de Lei nº 422/91 foi publicado no D.A. nº 117 de 18.09.91.).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO DE JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 422/91

PARECER:

Oriundo do Ofício DLT/465/91, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 04/92, aposto ao Projeto de Lei nº 422/91, de autoria do Deputado Albino Corazza, que dispõe que os Municípios gozarão de redução de vinte por cento das publicações que fizerem no Diário Oficial do Estado.

Em suas razões de veto, o Excelentíssimo Sr. Governador do Estado destaca a existência da Lei Complementar nº 27, de 08 de janeiro de 1986, que, em seu art. 134 autoriza o desconto pretendido pelo presente Projeto de Lei, nas publicações feitas pelos municípios paranaenses.

Desta forma, opino pela manutenção do veto, pelas razões expostas.

É o parecer!

Sala das Sessões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;

PLAUTO MIRO GUIMARÃES - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 005/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 495/91, de autoria do Deputado JOÃO PREIS, que institui a Semana da Moda do Paraná a ser comemorada na Cidade de Maringá. Com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/ DTL/SAT Nº 466/91

Curitiba, 26 de dezembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 337/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 495/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que fica estabelecida para a terceira semana do mês de março de cada ano, a Semana da Moda do Paraná.

O Plano de Lei em exame não mereceu acolhimento tendo em vista a forma como está posta a matéria, mormente pelo caráter imperativo quando exige a participação da Prefeitura em tais comemorações, chegando ao ponto de ser até entendido como ingerência do Estado na administração municipal.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 495/91, foi publicado no D.A. nº 142, de 30.10.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Protocolo nº 106/92

Proposição / Veto 05/92 - Ofício 466/91
(do Governador do Estado)

Súmula: Institui a Semana da Moda do Paraná.

Autor: Deputado João Preis.

P A R E C E R:

O Senhor Governador do Estado, amparado em dispositivo constitucional, vetou projeto de lei aprovado nesta Casa, de autoria do Companheiro Deputado João Preis, que instituiu a Semana da Moda do Paraná, a ser realizada em Maringá.

Entendemos que este Veto deve ser apreciado em Plenário, para a soberana decisão deste Poder Legislativo.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
LUIZ CARLOS MARTINS
Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 008/92, VETO PARCIAL APOSTO ao Projeto de Lei nº 440/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 078/91, que dispõe sobre o orçamento fiscal, o orçamento próprio da Administração indireta e o orçamento de investimento das empresas públicas e Sociedades de Economia Mista para o exercício de 1992 com Relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 474/91

Curitiba, 26 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 378/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmen-

Curitiba, quinta, em 04.06.92

te, o Projeto de Lei nº 440/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre o Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1992, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições dos arts. 15 e 16 e sobre a emenda nº 0588, constante das fls. 53, do Anexo VI.

O não acolhimento aos dispositivos antes mencionados, inclusive da emenda 0588, decorre da inconstitucionalidade dos mesmos, porque ferem frontalmente os mandamentos do § 3º, inciso II, do art. 134, da Carta Estadual, segundo os quais:

"As emendas ao Projeto de Lei do orçamento anual e aos projetos que o modifiquem somente podem ser aprovados caso:"

"II - indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa, excluídas as que incidam sobre:

a) dotações para pessoal e seus encargos;

b) serviço da dívida;

c) transferências tributárias constitucionais para os Municípios."

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO Nº 08/92

P A R E C E R:

O Excelentíssimo Governador do Estado, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelos arts. 87, inciso VII, e 71, § 1º da Constituição Estadual vetou parcialmente o Projeto de Lei nº 440/92, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos que expõe.

O veto foi apostado dentro do prazo constitucional, não havendo, quanto a esse aspecto qualquer objeção.

Considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário, não podemos deixar contudo de discordar das razões invocadas pelo Senhor Governador, de vez que se trata de dispositivos meramente autorizatórios e que tinham como objetivo corrigir distorções do projeto original no que se refere ao tratamento dado às entidades de ensino superior do Estado.

E o parecer.

Sala das Comissões, em

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente;
MÁRIO BEZERRA - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 010/92, VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 398/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 147/91, que altera a Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988 - IPVA. Com Relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 476/91

Curitiba, 26 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 419/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 598/91, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre alterações numeradas ordinalmente de 1ª a 9ª, à Lei nº 8.925, de 28 de dezembro de 1988, tendo o veto parcial apostado incidido sobre a "alteração 8ª", constante do art. 1º.

O veto apostado às disposições constantes da mencionada alteração 8ª, decorre do fato de que o art. 15, da Lei nº 8.925/88, cuja nova redação é pretendida, integra, na referida Lei, o Capítulo XI, DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, de matéria, portanto, completamente estranha àquela que o legislador tratou através de emenda. Há que se ressaltar, também, que o art. 17, da mencionada lei (nº 8.925/88), contém norma semelhante a ora vetada, o que tornaria a medida em si mesma desnecessária.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 10/92

P A R E C E R:

A proposição em tela traz um veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 598/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do Ofício nº 476/91, daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação por esta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida

no prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou parcialmente o referido Projeto de Lei por julgar a parte vetada contrária ao interesse público.

A razão exposta pelo Chefe do Poder Executivo para o mencionado veto parcial referente a alteração 8ª, decorre do fato de que o art. 15, da Lei nº 8.925/88, cuja nova redação é pretendida, integra na referida lei, o capítulo XI - DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, de matéria completamente estranha àquela que o legislador tratou através de emenda. Além do que, o art. 17 desta lei contém norma semelhante a ora vetada, o que torna a medida em si desnecessária.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

(a) Presidente

ROSSONI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 011/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 163/91, de autoria do Deputado CARLOS SIMÕES, que autoriza a criação da Central de Atendimento de Emergência através de ambulância na Região Metropolitana de Curitiba. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 482/91

Curitiba, 31 de dezembro de 1991.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 362/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 163/91, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a criação da Central de Atendimento de Emergência, para atribuições, conforme especifica, na Região Metropolitana de Curitiba.

Embora se reconheça como das mais louváveis a preocupação de seu autor, o Projeto de Lei em causa não pôde merecer acolhimento em razão de sua inconstitucionalidade, pois, tratando de matéria cujo início do processo legislativo é de competência privativa do Chefe do Poder Executivo, fere o preceito contido no art. 66, inciso IV, da Constituição Estadual. Ainda porque tal tipo de atendimento vem sendo, de forma satisfatória e muito eficiente, prestado pelo "SIATE - Sistema Integrado

de Atendimento de Emergências", operado por integrantes do Corpo de Bombeiros. O SIATE conta hoje com 4 ambulâncias avançadas em operação (tipo UTI, equipadas com material específico para atendimento pré-hospitalar), além de 2 menores, e atende num regime de 24 horas, havendo atualmente uma equipe de médicos vinculados ao sistema. Outros atendimentos assemelhados são também prestados por órgãos oficiais que atuam na área da saúde pública.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 163/91 foi publicado no D.A nº 48 de 07.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO Nº 11/92 APOSTO AO
PROJETO DE LEI Nº 163/91

P A R E C E R:

Por iniciativa deste Poder Legislativo, foi aprovado o Projeto de Lei nº 163/91, relacionado com a criação da Central de Atendimento de Emergência na Região Metropolitana de Curitiba, vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado.

Verificando as justificativas para a referida atitude, conclui-se que o Veto está em condições de ser apreciado pelos ilustres Senhores Membros desta Casa, por atender o que dispõem os artigos 71 e 87, da Constituição Estadual.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 012/92, VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 498/91, de autoria do Deputado CEZAR SILVESTRI, que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de imóvel ao Município de Borrazópolis, conforme especifica. Com Relatório da CCJ considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 483/91

Curitiba, 31 de dezembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 358/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade

Curitiba, quinta, em 04.06.92

do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 498/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo fica autorizado a ceder, em caráter de utilização gratuita, o uso das dependências físicas da Escola Estadual Dom Bosco, no Município de Borrazópolis, para a instalação de um curso supletivo pela Escola Municipal Antônio de Santana.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre do fato de que a Administração, em face do acentuado crescimento da demanda por matrículas em estabelecimentos da rede estadual de ensino, entende não ser, no momento, conveniente ceder espaços escolares, sem que tais atos sejam precedidos de criteriosos estudos de viabilidade.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 498/91 foi publicado no D.A. nº 145 de 05.11.91)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 498/91

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício DTL/SAT/483/91, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto nº 012/92, apostado ao Projeto de Lei nº 498/91, de autoria do Deputado Cezar Silvestri que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso do imóvel ao Município de Borrazópolis, conforme especifica.

O veto foi apostado no prazo regimental, obedecendo todos os trâmites legais.

Examinando os motivos do veto, percebe-se que a negativa da sanção legal decorre do fato de que a Administração, em face do acentuado crescimento da demanda por matrículas nas escolas públicas, entende não ser este o momento adequado para ceder espaços escolares, sem que antes ocorra um estudo bem detalhado da viabilidade do ato.

Nestas condições, opino pela manutenção do veto e consequente derrubada do Projeto de Lei.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 10.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

COSTENARO NETO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 013/92, VETO PARCIAL aposto ao Projeto de Lei nº 555/91, de autoria do PODER EXECUTIVO - MENSAGEM nº 134/91, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na Sociedade Estrada de Ferro Paraná Oeste, conforme especifica. Com relatório da C.C.J., considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 486/91

Curitiba, 31 de dezembro de 1991.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 409/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei parcialmente, o Projeto de Lei nº 555/91, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo sobre a autorização necessária para que o Poder Executivo venha a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na sociedade comercial ESTRADA DE FERRO PARANÁ OESTE S.A., tendo o veto parcial aposto incidido sobre as disposições do parágrafo único do art. 2º, por contrariar, tal dispositivo, aos superiores interesses da Administração. Pois, fixar prazo para integralização do capital com a exiguidade de tempo que apresenta, ainda no encerramento de um exercício financeiro e orçamentário, é de difícil exequibilidade, o que torna impossível dar provimento ao mencionado dispositivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Vaiho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 013/92
VETO

P A R E C E R:

I. A presente Proposição veta, parcialmente, o Projeto de Lei nº 555/91, que autoriza o Poder Executivo a efetivar a participação acionária do Estado do Paraná na Sociedade Estrada de Ferro Paraná Oeste, e que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador através do Ofício DTL/SAT nº 486/91.

II. Procedida a análise constitucional e regimental da presente Proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos.

III. Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do duto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

EMÍLIA BELINATI

Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 015/92, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 591/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso do imóvel da FASPAR, na forma que especifica. Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT nº 03/92

Curitiba, 02 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 372/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 591/91, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a ceder à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - APADEH, parte do imóvel situado à Rua Bororós, nº 1250, Vila Isabel, nesta Capital, denominado Unidade Social Educandário Caetano Munhoz da Rocha.

O Plano de Lei em causa não pôde merecer acolhimento em razão de informações prestadas pela Coordenadoria do Patrimônio do Estado, órgão da Secretaria de Estado da Administração, esclarecendo que o imóvel em referência integra o patrimônio do Estado (Transcrição nº 9128 - Livro 3-E, do Cartório da 1ª Circunscrição de Curitiba), e não especificamente o da FASPAR, como erroneamente consta da descrição contida no art. 1º. Disse, ainda, a Coordenadoria do Patrimônio que a questionada área foi recentemente objeto de uma subdivisão total, visando, inclusive, ensejar condições para a execução das Leis nºs 7642/82 e 9294/90, que se referem à mesma área. Vale, ainda, mencionar a impropriedade das disposições do art. 2º, totalmente inaplicáveis à espécie, porque tal medida, se acolhida fosse, não retiraria o pretendido imóvel do patrimônio do Estado, já que haveria apenas, uma simples cessão de uso.

Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração,

Le. (a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 591/91 foi publicado no D.A. nº 165, de 09.12.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 015/92

AO PROJETO DE LEI Nº 591/91

DE AUTORIA DO DEPUTADO ANIBAL KHURY

P A R E C E R:

SOMULA: Autoriza o Poder Executivo a ceder o uso do imóvel da FASPAR, na forma que especifica.

Por julgá-lo contrário ao interesse público, o Excelentíssimo Senhor Governador do Estado houve por bem vetar na sua totalidade o Projeto de Lei 591/91, acima sumulado.

O direito de veto é assegurado, ao Chefe do Poder Executivo, pelo artigo 71, § 1º, da Constituição Estadual, e, "in casu", o mesmo foi aposto com observância dos prazos legalmente estabelecidos.

Assim, sendo certo que todos os preceitos constitucionais, legais e regimentais foram rigorosamente obedecidos, opinamos pelo encaminhamento da proposição à sábia e soberana decisão do douto Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

RAFAEL GRECA DE MACEDO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 016/92, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 165/91, de autoria do Deputado ANTONIO ANNIBELLI, que dá nova redação à letra "d" do art. 1º da Lei nº 9577 de 14 de março de 1991 (IPE). Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 04/92

Curitiba, 08 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 374/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII, e na conformidade do § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 165/91, por julgá-lo inconstitucional e contrário ao interesse público em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 7º da Lei nº 4766, de 13 de dezembro de 1963, alterado pelas Leis nºs 5802,

Curitiba, quinta, em 04.06.92

de 12 de julho de 1968 e 9577, de 14 de março de 1991, assim como suprimir a alínea "d", do art. 6º da mesma Lei 4766/63, a fim de tornar facultativa a hoje obrigatória inscrição de servidores comissionados no Instituto de Previdência do Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração e pelo Instituto de Previdência do Estado, esclarecendo que a medida em referência é contrária aos superiores interesses públicos, porque não guarda harmonia com o Sistema Previdenciário, cujo respectivo projeto de lei encontra-se em tramitação nessa augusta Casa. No Art. 24, do citado Sistema estão previstos como segurados obrigatórios os servidores civis ou militares dos órgãos da administração pública estadual, direta e autárquica de todos os Poderes, os serventuários da justiça remunerados pelos cofres públicos, os ocupantes de cargos de provimento em comissão e os admitidos temporariamente. Vê-se, pois, que a administração estadual pretende manter os funcionários comissionados na condição de inscritos compulsórios no sistema previdenciário a ser brevemente implantado no Estado do Paraná.

Por outro lado, merece salientar a indiscutível inconstitucionalidade de que é revestido o Projeto de Lei ora vetado, pois ao pretender tornar facultativa a inscrição no Instituto de Previdência de Servidores providos em cargos em comissão, está conflitando com o preceito contido no § 1º, ao art. 42, da Constituição Estadual, o qual estabelece que a "inscrição ao órgão de previdência do Estado é compulsória, qualquer que seja a natureza do provimento do cargo, inclusive para os magistrados, serventuários da justiça e militares".

Estes os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 165/91 foi publicado no D.A. nº 48, de 07.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO VETO Nº 16/92

P A R E C E R:

A proposição em tela veta o Projeto de Lei nº 165/91. A negativa governamental foi comunicada a esta Casa pelo Ofício nº 04/92 de 08/01/92, daí decorrendo o prazo constitucional e sendo o mesmo proferido dentro do prazo legal.

O Projeto de Lei nº 165/91, visava dar

nova redação ao art. 7º, da Lei nº 4766/63 alterado pelas Leis nºs 5802/68 e 9577/91, assim como suprimir a alínea "d" do art. 6º da mesma lei.

A negativa da sanção decorre de informações prestadas pela Secretaria de Estado da Administração e pelo IPE, esclarecendo que a medida é contrária aos interesses públicos, pois não guarda harmonia com o Sistema Previdenciário.

Já que no art. 24 do citado Sistema estão previstos como segurados obrigatórios os ocupantes de cargo comissionado, conflitando com o desejado no Projeto de Lei em questão.

Além de que, a matéria contida no sobredito Projeto de Lei é visto como inconstitucional pelo Poder Executivo por julgá-la contrária ao art. 42, § 1º, da Constituição Estadual que cita ser a inscrição ao órgão de previdência do Estado compulsória, qualquer que seja a natureza do provimento do cargo.

Diante do exposto a matéria se encontra em condições de ser submetida à apreciação do Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

ROSSONI

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 017/92, VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 585/91, de autoria do TRIBUNAL DE CONTAS-OF. nº 1.257/91, que reajusta a partir de 1º de janeiro a 1º de fevereiro de 1992, os níveis de vencimentos dos funcionários do quadro de pessoal do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Com Relatório da CCJ, considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 08/92

Curitiba, 08 de janeiro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 412/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 585/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, conforme específica, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, constantes do Anexo II, da Lei nº 9.436, de 9 de novembro de 1990, dos cargos em comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas.

O veto parcial apostado incidirá sobre as disposições do inciso II, do art. 1º e de seu correspondente Anexo II.

Os dispositivos antes mencionados não puderam merecer acolhimento em razão da indiscutível inconstitucionalidade dos mesmos. É que o art. 37 da Constituição Federal dispõe que: "A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e, também, ao seguinte:"

Nesse sentido, os incisos XI e XII, do mesmo artigo, complementam que deverão ser "observados como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados" e, que, "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo."

O Poder Executivo encaminhou recentemente a essa Assembléia, projeto precedido de estudos técnicos de aplicação e de viabilidade, concedendo aumentos aos servidores públicos, civis e militares, com índices que variam de 100% a 356%. Esse projeto já foi objeto de exame e aprovação por essa augusta Casa de Leis, tendo se transformado na Lei nº 9.877, de 23 de dezembro de 1991.

No entanto, usando da prerrogativa da Constituição Estadual, (art. 77 combinado com o art. 101), o Tribunal de Contas submeteu a essa Assembléia o presente projeto de aumento de vencimentos ao seu Quadro de Servidores, que em muito excede os parâmetros estabelecidos para os servidores do Estado que desempenham funções semelhantes, como se demonstra a seguir.

Pelo índice constante deste Projeto de Lei, de 156% (cento e cinquenta e seis por cento), a vigorar em Fev/92 um servidor enquadrado no nível médio do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, ocupante do cargo de OFICIAL DE CONTROLE, Nível 6, Referência 1, perceberia:

Vencimento Básico	Cr\$ 267.325,77
Tempo Integral (100%)	Cr\$ 267.325,77
Total	Cr\$ 534.651,54

O cargo correlato no Poder Executivo, ASSISTENTE TÉCNICO, Classe H, Referência 1, com o reajuste concedido pela Lei nº 9.877/91, a valores de Fevereiro/92, perceberá:

Vencimento Básico	Cr\$ 304.555,03
Total	Cr\$ 304.555,03

O cargo de Oficial de Controle apresentaria uma diferença de Cr\$ 230.096,51, perfazendo 75,55% a maior que o cargo correlato no Poder Executivo.

Um cargo de nível operacional do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas, como por exemplo, TELEFONISTA, Nível 11, Referência 1, perceberia em Fevereiro de 1992:

Vencimento Básico	Cr\$ 168.316,23
Tempo Integral (100%)	Cr\$ 168.316,23
Total	Cr\$ 336.632,46

No Poder Executivo, um servidor enquadrado como TELEFONISTA, Classe B, Referência 1, cargo correlato ao Tribunal de Contas, perceberá em Fev/92:

Vencimento Básico	Cr\$ 141.900,00
Total	Cr\$ 141.900,00

Neste exemplo, o cargo do Tribunal de Contas apresenta uma diferença de Cr\$ 194.732,46, ou seja, 137,23% a maior que o cargo do Poder Executivo.

No Tribunal de Contas, um cargo de nível superior, TECNICO DE CONTROLE ECONOMICO, Nível 1, Referência 1, perceberia a valores de Fev/92:

Vencimento Básico	Cr\$ 495.047,73
Verba de Representação (126%)	Cr\$ 623.760,14
Tempo Integral (100%)	Cr\$ 1.118.807,87
Total	Cr\$ 2.237.615,74

No Poder Executivo, um servidor enquadrado em cargo de Técnico de Nível Superior, Classe I-IV, Referência 1, perceberá em Fev/92:

Vencimento Básico	Cr\$ 386.784,89
Responsabilidade Técnica (40%)	Cr\$ 154.713,96
Total	Cr\$ 541.498,85

Neste comparativo, o cargo correlato do Tribunal de Contas apresenta uma diferença de Cr\$ 1.696.116,89, perfazendo 313,23 a maior que o do Poder Executivo.

A discrepância fica ainda mais acentuada cotejando-se a remuneração de servidores inativos, tendo em vista incorporações desconhecidas no Poder Executivo, como a da Gratificação, Art. 122 de 25% e a de Triênios, também à razão de 25%, extraídas de Certidões para fins de revisão de pensões junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, como pode-se observar no caso a seguir:

TECNICO DE CONTROLE ECONOMICO TCE-2/IV

Vencimento do cargo

efetivo	Cr\$ 513.404,49
Verba de Representação (126%)	Cr\$ 646.889,65
Adicionais Trienais (25%)	Cr\$ 290.073,55
Adicionais Quinquenais (25%)	Cr\$ 290.073,55
Adicionais excedentes a 30 anos (10%)	Cr\$ 116.029,41
Artigo 122 (25%)	Cr\$ 465.642,98
Função Gratificada (4-F)	Cr\$ 9.550,70
Abono Provisório	Cr\$ 420,00
Total	Cr\$ 2.332.084,33

Comparando a um cargo de Técnico de Nível Superior, em final de carreira, com 35% de adicionais por tempo de serviço, do Poder Executivo, temos:

Vencimento Básico	Cr\$ 999.268,85
Responsabilidade Técnica (40%)	Cr\$ 399.707,54
Adicionais (35%)	Cr\$ 489.641,74
Função Gratificada (4-F)	Cr\$ 9.550,70
Abono Provisório	Cr\$ 420,00
Total	Cr\$ 1.898.588,83

Nesta comparação, o cargo do Tribunal de Contas apresenta uma diferença de Cr\$ 433.495,50, significando 22,83% a maior que o cargo do Poder Executivo.

Pelo exposto anteriormente, o Tribunal de Contas encaminhou a essa Assembléia projeto que, se sancionado, violaria o disposto no art. 39, § 1º, da Constituição Federal que estabelece:

"Art. 39 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A Lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou semelhantes do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho."

Nestas condições, pelas razões, aduzidas, não vemos como acolher integralmente o projeto de lei em referência, sem ferir os princípios constitucionais enumerados.

Cabe ressaltar que a Resolução da Assembléia Legislativa que fixou o reajuste dos servidores do Poder Legislativo, foi antecedida de consulta à Secretaria de Estado da Administração, para o exame da correspondência entre a remuneração dos servidores dos dois Poderes, de maneira que o índice adotado permitiu que a remun-

neração dos servidores da Assembléia Legislativa não ultrapassasse os parâmetros do Poder Executivo.

Esses os motivos que me levaram a votar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO Nº 17/92

VETO PARCIAL AO PL Nº 585/91 DE AUTORIA
DO TRIBUNAL DE CONTAS

P A R E C E R:

O veto apostado pelo Senhor Governador ao Projeto do Tribunal de Contas se sustenta no argumento de inconstitucionalidade por ferir a isonomia salarial dos servidores do TC a partir da nova tabela em relação aos vencimentos de cargos semelhantes de outros poderes.

A proposição está correta, tanto é verdade que o próprio Tribunal de Contas reconhecendo a incorreção enviou novo projeto de lei para a ALEP com novas tabelas, contendo as devidas alterações a fim de restituir a isonomia de vencimentos com os servidores dos outros poderes.

Sendo assim a proposição nº 17/92 tem seu amparo legal e deve ir a Plenário para apreciação dos nobres pares.

Cabe entretanto um alerta ao Senhor Governador que só apela para a constitucionalidade e legalidade das matérias que são do seu interesse, uma vez que ele mesmo tem ferido a Constituição por repetidas vezes. O próprio argumento usado para atestar a inconstitucionalidade do projeto do TC serve para flagrar um de seus atos também inconstitucionais, quando ele cita o artigo 39 da Constituição Federal que no seu caput alude a obrigatoriedade do Estado instituir o Regime Jurídico Único e Plano de Carreira para os seus servidores. Oxalá o Senhor Governador cumpra num curto espaço de tempo tal preceito constitucional.

Sala das Comissões, em 25.03.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

OVIDIO CONSTANTINO

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 018/92, VETO PARCIAL APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 586/91, de autoria do TRIBUNAL DE JUSTIÇA, que reajusta a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos quadros de pessoal da

Secretaria dos Tribunais de Justiça e de Alçada, bem como o salário do pessoal regido pela CLT, conforme específica. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 14/92

Curitiba, 08 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 392/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 586/91, por julgar as partes vetadas inconstitucionais, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo reajustar, conforme específica, as tabelas de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e das funções gratificadas dos servidores ativos e inativos do Poder Judiciário, bem como dos salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições do inciso II, do art. 1º e sobre o decorrente anexo II.

Os mencionados dispositivos foram vetados em face de sua indiscutível inconstitucionalidade. É que o art. 37 da Constituição Federal dispõe que: "A administração pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e, também, ao seguinte:"

Nesse sentido, os incisos XI e XII, do mesmo artigo, complementam que deverão ser "observados como limites máximos e no âmbito dos respectivos Poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados" e, que, "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo".

O Poder Executivo encaminhou recentemente a essa Assembléia, projeto precedido de estudos técnicos de aplicação e de viabilidade, concedendo aumentos aos servidores públicos, civis e militares, com índices que variam de 100% a 356%.

Esse projeto já foi objeto de exame e aprovação por essa Augusta Casa, transformando-se em Lei que tomou o número 9877, de 23 de dezembro de 1991.

No entanto, usando da prerrogativa da Constituição Estadual (art. 101, I, c), o egrégio Tribunal de Justiça submeteu a es-

sa Assembléia o presente projeto de lei, contendo aumento de vencimentos ao seu Quadro de Servidores, que em muito excede os parâmetros estabelecidos para os servidores do Estado que desempenham funções semelhantes, como se demonstra a seguir.

Pelo índice constante do Projeto de Lei em causa, de 156% (cento e cinquenta e seis por cento), a vigorar em fevereiro de 1992 um servidor enquadrado no nível médio do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça ocupante do cargo de AUXILIAR DE CARTÓRIO, Nível 6, Referência 1, perceberia:

Vencimento Básico	Cr\$ 225.109,22
Serviço Extra (225%)	Cr\$ 506.495,75
TOTAL	Cr\$ 731.604,97

O cargo correlato no Poder Executivo, ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, Classe F, Referência 1, com o reajuste concedido pela Lei nº 9877/91, a valores de Fevereiro/92, perceberá:

Vencimento básico	Cr\$ 207.755,79
TOTAL	Cr\$ 207.755,79

O cargo de Auxiliar de Cartório apresenta uma diferença de Cr\$ 523.849,18, perfazendo 252,15% a maior que o cargo correlato no Poder Executivo.

Um cargo de nível operacional do Quadro de Pessoal do Tribunal de Justiça, como por exemplo, AGENTE DE LIMPEZA, Nível 12, Referência 1, perceberia, em Fevereiro de 1992:

Vencimento básico	Cr\$ 95.214,31
Serviço Extra (225%)	Cr\$ 214.232,20
TOTAL	Cr\$ 309.446,51

No Poder Executivo, um servidor enquadrado como SERVENTE, Classe A, Referência 1, cargo correlato ao do Poder Judiciário, perceberá em Fevereiro/92:

Vencimento Básico	Cr\$ 129.000,00
TOTAL	Cr\$ 129.000,00

Neste exemplo, o cargo do Tribunal de Justiça apresenta uma diferença de Cr\$ 180.446,51, ou seja, 139,88% a maior que o cargo do Poder Executivo.

No Tribunal de Justiça, um cargo de nível superior, ESCRIVÃO, Nível 1, Referência 1, perceberia os valores de Fevereiro/92:

Vencimento Básico	Cr\$ 306.458,01
Risco de Vida (33,33%)	Cr\$ 102.142,45
Serviço Extra (225%)	Cr\$ 919.351,05
TOTAL	Cr\$ 1.327.951,51

No Poder Executivo, um servidor enquadrado em cargo de Técnico de Nível Supe-

rior, Classe I-IV, Referência 1, perceberá em Fevereiro/92:

Vencimento Básico	Cr\$ 386.784,89
Responsabilidade Técnica (40%)	Cr\$ 154.713,96
TOTAL	Cr\$ 541.498,85

Neste comparativo, o cargo correlato do Tribunal de Justiça apresenta uma diferença de Cr\$ 786.452,76, perfazendo 145,24% a maior que o do Poder Executivo.

A discrepância fica ainda mais acentuada cotejando-se a remuneração de servidores inativos, tendo em vista incorporações desconhecidas no Poder Executivo, como a da Gratificação Art. 122 de 25% e a de Triênios, também à razão de 25%, extraídas de Certidões para fins de revisão de pensões junto ao Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado do Paraná - IPE, como pode-se observar no caso a seguir:

ESCRIVÃO PJ-IV, Nível 1	
Provento	Cr\$ 343.232,97
Serviço Extra (225%)	Cr\$ 2.264.276,30
Triênios (25%)	Cr\$ 94.828,85
Quinquênios (25%)	Cr\$ 121.028,32
Adicionais (25%)	Cr\$ 154.466,25
Artigo 122 (25%)	Cr\$ 178.389,09
Risco de Vida (33,33%)	Cr\$ 114.399,53
TOTAL	Cr\$ 3.270.621,40

Comparando a um cargo de Técnico de Nível Superior, em final de carreira, com o máximo de adicionais por tempo de serviço, do Poder Executivo, temos:

Vencimento Básico	Cr\$ 999.268,85
Responsabilidade Técnica (40%)	Cr\$ 399.707,54
Adicionais (50%)	Cr\$ 699.152,85
TOTAL	Cr\$ 2.098.129,10

Nesta comparação, o cargo do Tribunal de Justiça apresenta uma diferença de Cr\$ 1.172.492,30, significando 55,88% a maior que o cargo do Poder Executivo.

Pelo exposto anteriormente, o Tribunal de Justiça encaminhou a essa Assembléia projeto que, se sancionado, violaria o disposto no art. 39, § 1º, da Constituição Federal que preceitua:

"Art. 39 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A Lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo,

Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou ao local de trabalho".

Nestas condições, pelas razões aduzidas, não vejo como acatar integralmente o projeto de lei em referência sem ferir os princípios constitucionais enumerados.

Cabe ressaltar que a Resolução da Assembléia Legislativa que fixou o reajuste dos servidores do Poder Legislativo foi antecedida de consulta à Secretaria de Estado da Administração, para o exame da correspondência entre a remuneração dos servidores dos dois Poderes, de maneira que o índice adotado permitiu que a remuneração dos servidores da Assembléia Legislativa não ultrapassasse os parâmetros do Poder Executivo.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o Projeto de Lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 018/92

P A R E C E R:

A Proposição Veto em exame, manifestada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado através do Ofício DTL/SAT nº 14/92, datado de 08 de janeiro de 1992, objetiva vetar parcialmente o Projeto de Lei nº 586/91, de autoria do Tribunal de Justiça, que visa reajustar a partir de 1º de janeiro e 1º de fevereiro de 1992, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas dos Quadros de Pessoal da Secretaria dos Tribunais de Justiça e Alçada, bem como o salário do pessoal regido pela CLT, conforme específica.

Procedida a análise da matéria, constatamos que foram cumpridos todos os prazos constitucionais na iniciativa, encontrando-se a proposição em perfeitas condições de merecer a apreciação do douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente pela apreciação da matéria em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO
Presidente
NELSON JUSTUS
Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 019/92, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 186/91, de autoria do Deputado VALDIR ROSSONI, que cria o programa de mutirão habitacional

rural. Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 05/92

Curitiba, 08 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 375/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto pelo § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 186/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses da Administração pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo a autorizar o Poder Executivo, no prazo de 90 dias, apresentar programa de mutirão habitacional rural.

Ainda que pese a preocupação do Autor em suprir às necessidades habitacionais dos pequenos e médios produtores rurais do Estado, deve-se ressaltar que o Governo do Estado, ao formular a proposta Orçamentária para o exercício de 1992, manifestou a mesma preocupação, inserindo na programação da Secretaria Especial da Política Habitacional, a cargo da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, a construção de duas mil habitações em áreas rurais, atendendo, preliminarmente, a vários Municípios. Convém ressaltar, ainda, que o Projeto de Lei nº 246/91, que estabelece as diretrizes da política agrícola estadual, ora em fase final de apreciação pelo Poder Legislativo, em seu artigo 33, estabelece a criação de um Programa idêntico ao que se propõe no presente Plano de Lei.

Nestas condições, e para evitar a duplicidade de leis versando sobre a mesma matéria, não há como dar guarida ao Plano de Lei em epígrafe.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei nº 186/91, que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 186/91 foi publicado no D.A. nº 54, de 16.05.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO VETO Nº 019/92

P A R E C E R:

O Excelentíssimo Governador do Estado, no uso de suas prerrogativas legais, conferidas pelos arts. 87, inciso VII, e 71, § 1º, ambos da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei nº 186/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses da Administração.

O Veto foi apostado em conformidade aos preceitos constitucionais, dessa forma, está em condições de ser apreciado pelo Plenário.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOÃO IENSEN

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 020/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 247/91, de autoria do Deputado ORLANDO PESSUTI, que dá nova redação à Lei nº 5.971 (Fundo de Crédito Agropecuário). Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 06/92

Curitiba, 08 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 376/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade com o disposto no § 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 247/91, por apresentar eivas de inconstitucionalidade e, também, por contrariar aos superiores interesses da Administração, conforme os motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação à Lei nº 5.971, de 24 de julho de 1969, que criou o Fundo de Crédito Agropecuário.

A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre, preliminarmente, do impedimento constitucional expresso na norma contida no art. 66, inciso IV da Magna Carta Estadual, o qual preceitua que as leis que disponham sobre: criação, estruturação e atribuições das Secretarias de Estado e órgãos da Administração Pública, são de iniciativa privativa do Governador do Estado, e sem a menor dúvida, quando o Projeto atribui a gestão financeira do Fundo ao Banco do Estado do Paraná, está diretamente interferindo na organização estrutural, bem como fixando novas atribuições ao BANESTADO, Sociedade de Economia Mista, vinculada à Secretaria de Estado da Fazenda.

Além deste aspecto, outro que impõe consideração é o atinente à constituição do Fundo. De maneira como está colocada, contraria aos mais altos interesses da Administração Pública Estadual, por direcionar o produto líquido dos dividendos auferidos pelo Governo do Estado, como acionista majoritário do BANESTADO, em seu próprio benefício, a partir do primeiro semestre de 1991, condição esta que, fatalmente, inviabiliza outros programas anteriormente definidos e priorizados por

aquela instituição.

Vale ressaltar, ainda, que ao retroagir o início da captação dos questionados recursos ao primeiro semestre de 1991, torna inexecutível a pretensa lei, uma vez que o orçamento correspondente ao exercício financeiro de 1992 já está em franca execução, não havendo portanto como utilizar recursos do exercício anterior, ainda sem a devida previsão orçamentária. Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei em tela que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 247/91, foi publicado o D.A. nº 69 de 13.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 20/92

P A R E C E R:

A proposição em tela encaminhada a esta Casa de Leis através do Ofício nº 06/92, traz a veto apostado ao projeto de Lei nº 247/91, que visa dar nova redação à Lei nº 5.971/69.

O veto apostado encontra-se dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual, razão pela qual nada obsta a sua apreciação em Plenário.

Sala das Comissões, em 25.02.92

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

DURVAL AMARAL

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 021/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 512/91, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Itapejara D'Oeste, os lotes que especifica. Com Relatório da CCJ, considerando o Veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 07/92

Curitiba, 08 de janeiro de 1992

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 381/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto pelo § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 512/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses da Administração, pelos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo doar ao Município de Itapejara

D'Oeste os lotes de terreno que especifica.

A negativa de sanção do Projeto de Lei em exame decorre de Informações da Coordenadoria do Patrimônio do Estado, onde verifica-se que as áreas, objeto de doação, pertencem realmente ao Estado, encontrando-se, no entanto, reservados ao mesmo para ali se instalarem próprios estaduais. Sob este aspecto, é importante esclarecer que os imóveis descritos como lotes nºs 4, 9 e 10, da Quadra nº 31, já encontram-se ocupados por edificações que abrigam a Delegacia de Polícia local e a Inspetoria Estadual de Educação, respectivamente.

Deve-se ressaltar, ainda, que existe solicitação daquele Município à COHAPAR, no sentido de ser viabilizada a construção de moradias populares naquela localidade e, se tal convênio, visando a implantação do pretendo projeto, vier a ser efetivado, as áreas disponíveis para tanto englobariam fatalmente as Quadras 21 e 31, que ora se objetiva doar ao Município, através do presente Plano de Lei.

Essas as razões que me levaram a vetar o Projeto de Lei em tela, que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 512, foi publicado no D.A. nº 70, de 17.06.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
VETO Nº 21/92 APOSTO AO
PROJETO DE LEI Nº 512/91

P A R E C E R:

Apreciando o contido no Protocolado sob nº 180, de 09 de janeiro de 1992, constata-se que o referido Veto Governamental está em condições de ser apreciado pela Casa, uma vez que preenche os requisitos dos artigos 71 e 87, da Constituição do Estado do Paraná.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO

Presidente

JOSE TAVARES

Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 022/92, VETO APOSTO ao Projeto de Lei nº 502/91, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que altera a redação do artigo 247 de Lei nº 6.174 de 16 de novembro de 1970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis no Estado do Paraná). Com Relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 15/92

Curitiba, 10 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 387/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade com o § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 502/91, por julgá-lo contrário aos superiores interesses da Administração e, também, por apresentar eivas de inconstitucionalidade, conforme as razões adiante explicitadas.

Objetiva o autógrafo dar nova redação ao art. 247, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1970 - Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná, visando regulamentar, desta forma, o art. 34, inciso XVIII, da Constituição Estadual, que preceitua como direito do Servidor Público: "licença especial de seis meses, por decênio de efetivo exercício, com vencimentos integrais, admitida a conversão de cinquenta por cento em espécie".

A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre da intempestividade do mesmo, uma vez que o mencionado dispositivo constitucional, objeto da pretensa regulamentação, encontra-se "sub-judice", na esfera do Supremo Tribunal Federal, em razão da Ação Direta de Inconstitucionalidade (n.175-2), proposta pelo Governo do Estado, na qual já foi deferida medida cautelar suspensiva de eficácia do inciso XVIII, do art. 34, da Constituição do Estado. Assim, enquanto estiver vigorando a ordem cautelar baixada pelo Supremo Tribunal Federal, na dita ação de inconstitucionalidade, não devem ser editadas novas normas sob pena de, por extensão, elas também serem atingidas pelos efeitos da medida cautelar. Razão esta que contraria os superiores interesses da Administração, pois, se acolhido o projeto, a lei decorrente seria de impossível aplicabilidade.

Além do exposto, deve-se considerar que, embora o questionado artigo 34, inciso XVIII, da Constituição Estadual, ora com eficácia suspensa por decisão judicial superior, assegure tal benefício aos servidores públicos, os artigos 169 da Magna Carta Federal e seu parágrafo único, e o 137, parágrafo único, da Constituição Estadual, respectivamente impõem que a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, só poderá ocorrer se houver prévia dotação orçamentária e se houver autorização específica na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei em tela, que, anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de ele-

vado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 502/91 foi publicado no D.A. nº 146 de 06.11.91).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PARECER A PROPOSIÇÃO VETO Nº 022/92.

A proposição veto em análise, manifestada pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado através do ofício DTL/SAT nº 15/92, datado de 10 de janeiro de 1.992, objetiva vetar o Projeto de Lei nº 502/91, de autoria do nobre Senhor Deputado Anibal Khury, que versa sobre a alteração da redação do artigo 247, da Lei nº 6.174, de 16 de novembro de 1.970 (Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado do Paraná).

Procedido o exame da proposição em epígrafe, constatamos que a iniciativa cumpriu todas as formalidades e prazos constitucionais, encontrando-se a matéria em condições de merecer a apreciação do Douto Plenário desta Casa de Leis.

Sendo assim, esta Comissão de Constituição e Justiça opina favoravelmente pela apreciação da presente proposição veto em Plenário.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 25.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
NELSON JUSTUS - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição nº 083/92, VETO APOSTO AO PROJETO DE LEI Nº 606/91, de autoria do Poder Executivo-Mensagem nº 152/91, que dá nova redação aos parágrafos 1º e 2º ao art. 5º da Lei nº 6568 de 24 de junho de 1974, com suas posteriores alterações (habitação). Com relatório da C.C.J., considerando o veto em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 16/92

Curitiba, 10.01.92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 421/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 606/91, por julgar as partes vetadas contrárias aos superiores interesses públicos, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dar nova redação aos parágrafos 1º e 2º do art. 5º da Lei nº 6.568, de 24 de junho de 1974, com suas posteriores alterações, tendo o veto parcial apostado incidido sobre as disposições contidas nos seus artigos 2º e 3º.

O art. 2º não mereceu acolhimento por priorizar a aplicação dos recursos, objeto

Curitiba, quinta, em 04.06.92

do presente plano de lei, nos Programas de Mutirão Habitacional, Autoconstrução ou em outros programas de execução direta do Governo do Estado ou dos Governos Municipais, quando a destinação de tais recursos é específica para atender às responsabilidades financeiras do Estado, com a execução do PLANHAP, no período de 1992 a 1997. Além do que, os questionados programas já estão incluídos no plano de ação da COHAPAR, com recursos já previstos no Orçamento Plurianual de Investimentos.

O art. 3º não foi acolhido por apresentar matéria estranha ao plano de lei, não oferecendo condições de exequibilidade caso fosse sancionado.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

VETO Nº 23/92 aposto ao Projeto de Lei nº 606/91.

Analisando as razões que acompanham o Veto Governamental aposto aos artigos 2º e 3º, do Projeto de Lei nº 606/91, conclui-se que o mesmo atende ao que dispõem os Artigos nºs 71 e 87, da Carta Magna Paranaense, estando, portanto, em condições de ser apreciado pelo Douto Plenário desta Casa.

E o parecer.

Sala das Comissões, em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
JOSE TAVARES - Relator.

DISCUSSÃO ÚNICA - DA PROPOSIÇÃO Nº 024/92, VETO aposto ao Projeto de Lei nº 494/91, de autoria do PODER EXECUTIVO-MENSAGEM Nº 110/91, que autoriza o Poder Executivo a criar Fundo de Terras do Estado do Paraná, conforme especifica com Relatório da C.C.J., considerando o VETO em condições de ser apreciado pelo Plenário.

OF/DTL/SAT Nº 17/92

Curitiba, 10 de janeiro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 411/91, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 494/91, por julgar a parte vetada contrária aos superiores interesses da Administração.

Objetiva o autógrafo autorizar o Poder Executivo a criar o Fundo de Terras do Estado do Paraná, estabelecendo critérios quanto à sua constituição, funcionamento e finalidades, tendo o veto parcial incidido sobre as disposições do § 3º, art. 4º.

O mencionado dispositivo foi vetado por conflitar frontalmente com os mais altos interesses do Estado, já que este, sendo a entidade responsável pela execução dos programas de Assentamento Rural e Reordenamento Fundiário, os quais financiam imóveis a produtores e trabalhadores rurais que comprovadamente não possuem terras, somente a ele cabe a revisão dos prazos de pagamento. Dita revisão, portanto, há que ser unilateral, devendo ficar a critério do Estado.

Essas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar, parcialmente, o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada apreciação dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 24/92

P A R E C E R:

A proposição em tela traz um veto parcial ao Projeto de Lei nº 494/91, que foi comunicado a esta Casa pelo Senhor Governador do Estado, através do ofício nº DTL/SAT/17/92 daí decorrendo o prazo constitucional para a devida apreciação desta Assembléia Legislativa.

A negativa governamental foi proferida dentro do prazo legal estabelecido pela Constituição Estadual. O Senhor Governador vetou parcialmente o referido projeto de lei usando da atribuição que lhe confere o arts. 87, inc. VII e 71, § 1º, ambos da

Constituição Estadual. A razão exposta pelo Sr. Governador para mencionado veto parcial é a inconstitucionalidade do art. 4º, § 3º, por conflitar frontalmente com os mais altos interesses do Estado, já que este, sendo a entidade responsável pela execução dos programas de Assentamento Rural e Reordenamento Fundiário, os quais financiam imóveis a produtores e trabalhadores rurais que comprovadamente não possuem terras, somente a ele cabe a revisão dos prazos de pagamento. Dita revisão, portanto, há de ser unilateral, devendo ficar a critério do Estado.

Diante do exposto, a matéria se encontra em condições de ser submetida à consideração do Plenário, opinando-se pela manutenção do veto.

É o parecer.

Sala das Comissões em 18.02.92.

(aa) COLOMBINO GRASSANO - Presidente
ROSSONI - Relator

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - O Sr. 1º Secretário procederá à chamada nominal dos Deputados para votação.

(E Feita a Chamada Nominal Para Votação).

Votaram 28 (vinte e oito) Senhores Deputados.

Designo uma comissão constituída pelos Senhores Deputados Duílio Genari, Nilton Barbosa e Orlando Pessuti para comporem a comissão escrutinadora.

Votaram 28 (vinte e oito) Senhores Deputados:

cédula SIM - 21;

cédula NÃO - 05;

cédula em branco - 02;

Estão mantidos os vetos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.